

## O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO E SEUS MENTORES

*"We favor trade, sustain it, open markets, roads, and markets where the pieces are traded". (Somos a favor do comércio, sustentámo-lo, abrimos mercados, estradas, e praças onde as peças são comercializadas).<sup>1</sup>*

*"It is this association of increased profits with stagnant investment, rising unemployment and reduced pay that is the real cause for concern". (É esta associação de aumento de lucros com investimento estagnado, desemprego crescente e salários em queda que constitui a verdadeira causa de preocupação)<sup>2</sup>*

**Ladislau Dowbor**

Setembro 1998

Curiosa vitória esta do neoliberalismo, em que mal terminam as comemorações do desmoronamento soviético, e desencadeia-se um pânico mundial. Nunca as pessoas estiveram tão inseguras como hoje frente ao nosso futuro comum.

Na realidade, somente os mal-informados acharam que tinham algo a comemorar.

Enfrentamos hoje um planeta dividido entre ricos e pobres, como nunca esteve: cerca de 3,5 bilhões de pessoas vivem com uma renda anual *per capita* média de 350 dólares, segundo o pouco extremista Banco Mundial. Ninguém navega na *internet* ou frequenta *shoppings* com este tipo de renda. Um planeta onde os excluídos representam dois terços da população, prepara conscientemente um amanhã de tragédias. Do Pib mundial de US\$ 21 trilhões de dólares, US\$17 são gerados no grupo de países de alta renda, Europa ocidental, América do norte, Japão, Austrália e Nova Zelândia. São quatro- quintos da renda mundial para 15% da população mundial.

A versão interna deste drama, ao nível do Brasil, é pouco mais promissora. Os 10% de famílias mais ricas consomem metade da renda do país, colocando-nos em último lugar no planeta em termos de justiça econômica. O pequeno grupo representado por 1% das famílias mais ricas consome 15% do produto do país, enquanto os 50% mais pobres, 80 milhões de pessoas, têm de se contentar com 12%. As medidas mais

---

<sup>1</sup> Não se trata de discurso no Congresso em Brasília em 1998. Trata-se de declaração do Rei do Congo, em carta ao rei de Portugal, em 1540. As "peças" a serem trocadas segundo princípios do livre comércio, são, naturalmente, pessoas. O destinatário principal será o Brasil. Citado por Hugh Thomas, *The slave trade*, New York, Simon @ Schuster, 1997, p. 110

<sup>2</sup> - Rubens Ricupero - *Trade and Development Report 1997*, Overview p.11.- Unctad, New York, Geneva, 1997

significativas para se contrapor a este processo consistem, até hoje, em contratar mais agentes para as polícias militares. Quando a panela de pressão está explodindo, em vez de baixar o fogo, reforça-se a tampa.

Não há mistério nesta tendência que recobre bilhões de tragédias individuais: o capitalismo como modo de produção é um bom instrumento de organização da produção, mas nunca foi um bom instrumento de distribuição. Pelo contrário, na medida em que a concentração econômica leva à formação de poderosos grupos que articulam poder econômico e poder político, os possíveis contrapesos que poderiam gerar mecanismos compensatórios e redistributivos se vêm fragilizados. O liberalismo não só não redistribui, como destrói ativamente as iniciativas de redistribuição. Para o bem dos pobres, naturalmente, que ficarão protegidos do nefasto paternalismo.

Péssimo distribuidor, o sistema neoliberal realmente existente tampouco é bom empregador. Os empregos de ponta, no quadro das empresas transnacionais, somam 73 milhões no mundo, dos quais 12 milhões nos países do terceiro mundo, segundo o relatório do BIT de 1995. O relatório estima que para cada emprego direto, gera-se um emprego indireto: somaríamos assim 24 milhões de empregos nobres nos países pobres, pouco mais de 1% da população economicamente ativa. Esperar soluções "atraindo" empresas, com esforços sobrehumanos como os de Curitiba para atrair a Renault, não resolve grande coisa, levando na realidade ao que as Nações Unidas têm chamado de "race to the bottom", a concorrência entre quem oferece mais, tornando os investimentos inúteis no limite. Na realidade, o drama planetário da inserção produtiva das populações está levando a uma hierarquização do emprego, com uma minoria nos empregos nobres, e um volume crescente de mão de obra ocupada no que os próprios americanos chamam de *precarious jobs*, empregos precários. Como nem este setor consegue enxugar o desemprego, desenvolve-se rapidamente o emprego informal, e além dele, cada vez mais pujante, o setor ilegal. Enquanto se multiplicam os estudos sobre as simpáticas tendências do segmento nobre, com qualidade total, redução do leque hierárquico, formação permanente, *kan-ban*, *kaizen*, *knowledge organization* e outros elementos da modernidade empresarial, a realidade é que a imensa maioria da mão de obra mundial está sendo jogada para subsistemas econômicos onde só prevalece a luta surda pela sobrevivência.

O caso brasileiro, aqui ainda, ilustra bem o problema. Temos 160 milhões de habitantes, dos quais 100 milhões em idade de trabalho, entre 16 e 64 anos. Destes, apenas 65 milhões constituem a população ativa, a PEA. Tirando os desempregados, temos cerca de 60 milhões de pessoas que "carregam o piano". Como além disto, nestes 60, boa parte tem uma produtividade ridícula por analfabetismo -- 25% de analfabetismo adulto funcional apontam as últimas pesquisas em São Paulo -- ou simplesmente por fome, só podemos concluir que o Brasil desperdiça dezenas de milhões de pessoas, o maior capital que esta terra possui. O caso é particularmente interessante, pois o Brasil precisa dramaticamente de mais educação, mais saúde preventiva, mais infraestruturas de saneamento, mais habitações populares, mais alimento para as suas dezenas de milhões de desnutridos: trata-se, em todos estes casos, de atividades que são intensivas em mão de obra, e pouco intensivas em capital. Chegamos assim ao absurdo de termos um imenso horizonte de trabalhos por fazer, temos o capital necessário, e não temos empregos. Se há tanto trabalho, e tanto

desemprego, é que o problema está na organização social. O neoliberalismo está provocando uma gigantesca subutilização do nosso principal capital.

Um terceiro ponto importante deste capitalismo realmente existente, é que não é um alocador adequado de recursos. Foi-se o tempo em que o pequeno poupador estudava atentamente as empresas do seu país ou da sua região, destrinchava os balanços, e recompensava os mais performantes, os mais produtivos, canalizando a sua poupança para quem a utilizaria melhor. Com a moeda transformada em sinais magnéticos no computador, com capacidade de se deslocar para qualquer parte do planeta em frações de segundos através dos modernos sistemas de comunicação, o mercado financeira passa a "levitar", desgarrando-se das bases produtivas. As trocas especulativas diárias são da ordem de US\$1,5 trilhões por dia, enquanto as trocas de bens e serviços realmente existentes mal atingem 25 bilhões, algo como 60 vezes menos. Um governo, que ontem ajustava a sua taxa de juros e canalizava políticas de crédito em função da dinamização das atividades produtivas, hoje se defende apenas dos ataques especulativos internacionais.

Aqui ainda, o Brasil é particularmente vulnerável. Com uma classe de intermediários financeiros extremamente concentrada, e tradicionalmente vinculada às atividades especulativas mais do que ao financiamento produtivo, privilegiou-se o curto prazo, o ganho fácil derivado da inflação, e sobretudo a navegação na generosa dívida interna brasileira, financiando com os nossos impostos -- e dos empresários que deveriam ser financiados -- lucros nababescos. Este setor chegou a absorver, com a ajuda da inflação, 15% do Pib brasileiro, mais do que a totalidade do valor da produção agrícola do país, trabalhando com dinheiro de terceiros. Com a dramática fragilidade internacional dos países pobres, basta um grande banco agitar a sua propensão a quebrar, para que o governo, que realmente não pode se permitir uma quebra de proporções, acudir com dezenas de bilhões de dólares. *Pecunia pecuniam parit*. É a chantagem institucionalizada, por parte de quem o interesse propriamente produtivo nunca chegou a ser essencial.

De tudo se fala, do cassino global, da bola da vez, do colchão de reservas. Só não se fala do principal papel e única utilidade real do intermediário financeiro, o de agregar pequenas poupanças para permitir investimento produtivo, com o mínimo de custo possível.

O pano de fundo da problemática que discutimos, portanto, é o fato de termos um sistema capitalista que representa um bom instrumento de organização da produção, mas não sabe distribuir, organiza muito precariamente a absorção produtiva dos recursos humanos, e desvia para atividades especulativas a já precária poupança da população. O essencial, para nós, é que o ciclo de reprodução social exige não só a produção, mas também a distribuição para que haja consumidores, e os empregos para que haja massa salarial e um mínimo de estabilidade social e política. Essencial também é o financiamento dos produtores, viabilizando os investimentos e as transformações estruturais de médio e longo prazo, a chamada construção da economia.

Estas tres grandes fragilidades do sistema liberal, nos planos da distribuição, do emprego e da alocação de recursos, viram-se dramaticamente agravadas nos últimos anos.

No plano da distribuição, o liberalismo havia gerado, com Keynes, um subsistema social-democrata. Frente aos dramas do desemprego e subconsumo dos anos 30, Keynes mostrou que frentes de trabalho e apoio financeiro aos desempregados, gerando uma massa salarial e maior capacidade de compra, dinamizaria o mercado, provocando uma recuperação da conjuntura capitalista via demanda. Em outros termos, Keynes demonstrou aos ricos que a miséria é ruim para os ricos, e não apenas para os pobres. No entanto, o sistema proposto supunha uma forte capacidade de Estado, que cobraria impostos das empresas para financiar a redistribuição e a dinamização econômica. Hoje, com a globalização, qualquer reforço de impostos leva as empresas a emigrar para regiões onde se produz mais barato. Em outros termos, a economia se globalizou, enquanto os instrumentos de política econômica, essenciais para uma política keynesiana, continuam sendo nacionais, e portanto de efetividade cada vez mais limitada. Como não há governo mundial, que possa retomar o mecanismo já no nível planetário, regrediram as políticas de redistribuição, e voltamos a um capitalismo selvagem próximo do antigo liberalismo: o neo-liberalismo.

No plano do emprego, as transformações recentes são igualmente profundas, na medida em que a revolução tecnológica gera uma redução absoluta do nível de emprego. Estima-se hoje que, na média, um crescimento de 5% ao ano seria necessário para manter o emprego no nível existente. O crescimento mundial, no entanto, se reduziu de cerca de 4% ao ano nos anos 70, para cerca de 3% nos anos 80, e 2% nos anos 90, segundo o relatório da Unctad 1997. A simultânea redução do ritmo do crescimento econômico e da capacidade de geração de emprego das unidades produtivas leva a uma situação dramática que envolve bilhões de pessoas no planeta. Fator insuficientemente mencionado, a dramática urbanização dos últimos anos tirou as populações dos campo, onde sempre há um mínimo de alternativas de atividade, e as jogou nas periferias das cidades. Assim, os especuladores fundiários, ao acumularem terras improdutivas, contribuem diretamente para os dramas do desemprego. Hoje o Brasil cultiva cerca de 60 milhões de hectares dos 370 milhões de solo agrícola disponível, enquanto 80% da população do país se concentra nas cidades, onde a base de emprego não só não se expande, como se reduz.

Em termos de alocação de recursos, as tendências recentes, com a globalização financeira, tornaram a situação particularmente dramática, na medida em que tiram recursos da área dos investimentos produtivos e os transferem para a especulação financeira. Esta tendência atinge diretamente o coração da legitimidade do sistema capitalista. De forma mais ou menos explícita, todos nós nos queixamos das injustiças geradas pelo capitalismo, mas de certa forma as aceitamos na medida em que a riqueza do capitalista tendia a se transformar em investimento produtivo, empregos e produto. A injustiça social passava assim a ser o mal inevitável de um processo em última instância positivo. O que é novo, é que com a expansão dos sistemas de especulação financeira, segundo a Unctad, "a crescente concentração da renda nacional nas mãos de poucos não tem sido acompanhada por uma elevação de

investimentos e crescimento mais rápido. Nos países do Norte, os lucros estão em níveis nunca vistos desde 1960, mas de forma geral eles agora geram muito menos investimento e emprego do que anteriormente". Em consequência, o principal desafio seria como "transformar os lucros crescentes em investimento num ritmo suficiente para sustentar um contrato social pelo qual desigualdades iniciais poderiam se ver justificadas, e com o tempo reduzidas, pelo aumento de renda e de nível de vida da massa população que resultaria".<sup>3</sup> Nesta lógica, que constitui já não uma exceção mas uma tendência regular das últimas décadas, consistindo em lucros crescentes de um lado, e investimentos, salários e emprego decrescentes do outro, o sistema simplesmente não se sustenta.

O nosso problema aqui não é simplesmente atacar ou defender o sistema. O que realmente nos interessa, é entender porque o liberalismo, ou a versão atualizada neoliberal, não conseguem mudar os rumos. Não podemos esquecer que foi o trágico desprezo do capitalismo pela miséria, desemprego e exclusão social que criaram as bases para a proposta da expropriação generalizada dos capitalistas, e para os regimes comunistas. Assim, os excessos do comunismo não nos devem deixar esquecer os excessos do capitalismo que lhe deram lugar, e que hoje voltam com a força toda.

É fácil erguer os ombros e constatar que o sistema é menos ruim que os outros. Na história popular, um amigo da viuva pergunta se o marido morreu de pneumonia simples ou dupla. "Felizmente", comenta ele, ao saber que se tratou de pneumonia simples. Segundo outra imagem que tem circulado bastante, estaríamos num navio que avança para os rochedos numa velocidade de 20 nós, mas com excelentes teóricos a bordo, que nos explicarão como baixar a velocidade para 15 nós. Outra história sugere que graças às medidas tomadas, em vez de sofrermos um choque equivalente a cair do vigésimo andar, a queda será apenas do décimo andar. A multiplicação desta dimensão de humor negro ilustra bem o crescente sentimento de impotência que nos invade a todos, pois sabemos que a partir de um certo nível de desequilíbrios econômicos, sociais e políticos, sempre haverá fanáticos prontos a salvar o mundo e a nos mergulhar na barbárie.

Quando o navio vai para o brejo, por assim dizer, olhamos naturalmente para o timoneiro, para a nossa classe dirigente. E neste plano não encontramos muitas razões para ficarmos mais tranquilos. Não que não tenha bons discursos, como podemos constatar nos elegantes artigos de Roberto Campos. Mas de um timoneiro espera-se mais do que belos discursos, sobretudo se lembramos que Roberto Campos vota Paulo Maluf, foi ministro de uma ditadura e ajudou a construir um gigantesco setor de empresas estatais, tudo com o mesmo discurso liberal, e em nome dos mecanismos de mercado. Não se trata aqui de jogar uma pedra solitária contra um ou outro teórico liberal, mas de constatar o deserto de idéias nesta área. E o que lhes resta? Abrir a economia mais do que está aberta? Açambarcar terras mais do que açambarcaram? Concentrar a renda mais do que concentraram? Dar mais poder aos banqueiros do que o que já têm? Controlar mais mídia do que controlam? A última idéia que Delfim Netto já teve, a de fazer crescer o bolo antes de distribuí-lo, -- que casou

---

<sup>3</sup> - Unctad, op. cit. p. 11

maravilhosamente com os interesses da ditadura -- nem ele já repete. Delfim tem, aliás, o mesmo chefe partidário.

A grande verdade é que o neoliberalismo brasileiro não tem propostas para o país porque nunca as teve. As propostas que a nossa classe dirigente teve sempre foram para a classe dirigente, não para o país. Uma leitura realista da nossa história mostra neste sentido uma grande coerência. Como classe dirigente produtora de bens de exportação, nos sucessivos ciclos coloniais, nunca precisou do mercado interno, organizando o país de acordo com interesses externos. A independência nos desvinculou de Portugal, intermediário doravante desnecessário de uma relação neo-colonial com a Inglaterra. O país teve investimentos modernizadores, sem dúvida, mas destinados a aumentar a eficiência da produção exportadora, do café do vale do Paraíba e depois de São Paulo. Em nenhum momento se cogitou de um ciclo de investimentos visando a integração econômica do país. O intervalo das grandes crises, entre 1914 e 1945, levou sem dúvida a uma série de iniciativas de desenvolvimento visando o mercado e as necessidades internas, na própria medida em que as guerras e a crise prejudicavam a relação de dependência. Após a II Guerra Mundial, no entanto, retomamos relações de dependência, desta vez com os Estados Unidos, e mais recentemente, em função da dinâmica financeira global.

Não é correto dizer que a nossa classe dirigente cumpria apenas, servilmente, o que lhe ditava a economia mais forte. Buscava sem dúvida os interesses próprios, por eles batalhava, mas nunca incluiu nesta batalha os interesses populares. De certa maneira, pode-se dizer que esta classe sempre buscou maximizar os seus interesses, mas a partir de um quadro definido de fora. E este quadro nunca incluiu uma visão integrada dos interesses nacionais. É impressionante como o país se equipou em ferrovias e telégrafos para exportar café, se equipou em indústria têxtil quando à Inglaterra interessava vender máquinas, se equipou em carros quando se expandia a indústria automobilística americana. Mudam as bases técnicas da dependência, mas não própria dependência. Classe intermediária mais do que produtora, a classe dirigente sempre breganhou com o exterior, no seu próprio interesse, o potencial econômico que o país podia representar.

A implicação prática desta orientação econômica, seria a manutenção da relação casa-grande/senzala, em pleno fim do milênio. A grande abertura aos investimentos transnacionais imposta ao país durante os governos militares, coincidiu com as reduções salariais, concentração acentuada da renda, aumento do peso dos latifúndios, êxodo rural caótico das populações expulsas do campo, uso generalizado da mídia como instrumento de controle político. Assim, a entrada de novas tecnologias, que nos países de origem haviam modernizado e democratizado as relações de produção, aqui apenas levariam à mecanização do atraso.

Raimundo Faoro, no seu "Os donos do poder", apresenta de forma impressionante esta classe dirigente que nunca foi produtora, sempre intermediária, negociadora de relações privilegiadas entre poder público e privado, centrada no lucro de curto prazo, vivendo do esforço produtivo de terceiros, sem outra proposta que não fosse para si mesma.

Um exemplo antigo, a luta para impedir que os colonos tivessem acesso à terra: é uma pérola de clareza a declaração do visconde de Itaboraí, citada por Caldeira: “Para fazer com que a produção agrícola do país tivesse o conveniente desenvolvimento era indispensável evitar que as terras devolutas continuassem sendo ocupadas...Se distribuíssemos gratuitamente as terras aos colonos, sucederia que todos os imigrantes, levados do desejo ardente de se tornarem proprietários, procurariam obter sua porção, negando-se a trabalhar por conta dos proprietários existentes, e esses proprietários ver-se-iam destituídos de meios para manter seus estabelecimentos”.<sup>4</sup> Estava naturalmente excluída a alternativa dos "proprietários existentes" trabalharem os próprios estabelecimentos. Enquanto nos Estados Unidos as terras rurais eram distribuídas, e trabalhadas pelos próprios agricultores, aqui se batalhava evitar que os agricultores pudessem ter acesso à terra, para forçá-los a trabalhar para os latifundiários. A nossa classe rural, que até hoje se intitula de *produtores rurais*, tem as mãos perfeitamente limpas e sem calos, de quem sempre entendeu agricultura como uma forma de negociação urbana de apoios privilegiados de governo para os seus *estabelecimentos*.

Na realidade, uma classe parecida com a nossa, vivendo do trabalho de terceiros, se constituiu no sul dos Estados Unidos, sendo quebrada com a guerra de Secessão, que submeteu o sul escravagista à lógica produtiva da união. A luta, nos Estados Unidos, foi bastante equilibrada e extremamente violenta, pois os privilegiados gostam dos privilégios. O que seria hoje dos Estados Unidos se tivessem vencido os Sulistas, com o seu sistema de latifúndios, escravos e economia de exportação? É bem possível que teríamos hoje ali um imenso Brasil. Em todo caso, é um exercício interessante pensar o Brasil como uma América onde tivessem vencido os interesses escravocratas.

Saltando um século, vejamos, por exemplo, a "indústria" privada da saúde, em meados dos anos 90: em entrevista na rádio, o presidente de uma associação médica declara com tranquilidade que no Brasil, exercer medicina não rende nada. Em compensação, intermediar serviços de médico rende barbaridade...Entre o visconde de Itaboraí e a declaração do médico, passou-se um século, mas não mudou grande coisa.

É muito importante notar a que ponto o sistema é lógico. A classe dirigente brasileira "oferece" aos interesses internacionais um espaço acolhedor, um povo de índole pacífica (índole obtida por argumentos conhecidos), salários baixos, financiamentos, subvenções. Com isto ganha legitimidade aos olhos dos países desenvolvidos, mas perde legitimidade interna. Não se pode simultaneamente ter a pior distribuição de renda do planeta, e um grande apoio popular. O reverso é igualmente verdadeiro: um governo sem legitimidade interna, tem de se apoiar fortemente nos interesses internacionais, ou tem em todo caso pouca força de negociação para fora. Em outros termos, gera-se este estranho comportamento da classe dirigente, duro e violento para com o seu povo, compreensivo e bem comportado, quando não subserviente, quando se trata do primeiro mundo.

---

<sup>4</sup> - Jorge Caldeira, *Mauá, Empresário do Império* - Companhia das Letras, São Paulo 1995. p. 309

É curioso constatar que ninguém no Brasil jamais tentou empreender de forma abrangente uma radiografia desta classe dirigente. Estudos teóricos dos seus interesses de classe existem sem dúvida, e numerosos. Mas uma radiografia efetiva, estudando que famílias controlam o quê e de que modo, ainda está por ser realizada. Na sua ausência, podemos apenas julgá-la pelas suas aparências externas: um neoliberalismo à brasileira, de uma classe que assegura o seu próprio governo, pois circula com total liberdade entre o setor privado e o Estado; que gera ela mesma a opinião que dela tem o público, pois controla os meios de comunicação; que se julga ela mesma através dos seus juizes corruptos que lhe garantem total impunidade; e que financia o governo que para ela trabalha a partir dos impostos de terceiros, fundamentalmente dos assalariados, pois quem tem suficiente dinheiro para ter poder, também tem suficiente poder para não pagar.

A adaptação ideológica da classe dirigente à era da globalização é relativamente simples, na medida em que sempre foi uma classe que buscou maximizar os seus interesses intermediando interesses externos, fossem eles coloniais, ingleses, americanos ou globais. Fomos o último país a abolir a escravidão, somos hoje o país que ostenta a maior distância entre ricos e pobres. Um dos últimos textos de Darcy Ribeiro é, neste sentido, eloquente: "Nada é mais continuado, tampouco é tão permanente, ao longo desses cinco séculos, do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo... Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia... Não alcançam, aqui, nem mesmo a façanha menor de gerar uma prosperidade generalizável à massa trabalhadora, tal como se conseguiu, sob os mesmos regimes, em outras áreas. Menos êxito teve, ainda, em seus esforços por intergrar-se na civilização industrial. Hoje, seu desígnio é forçar-nos à marginalidade na civilização que está emergindo".<sup>5</sup>

A realidade é que, frente aos imensos avanços das tecnologias, e à amplitude das mudanças em todas as áreas, os nossos bancos pendurados nos financiamentos estatais e praticando juros surrealistas, os usineiros e latifundiários que se concentram mais no que consideram ser política -- buscar subsídios através dos processos mais escusos de pressão, além de imobilizar terra que nem cultivam nem deixam cultivar, as empreiteiras que seguem se equilibrando no apoio a políticos corruptos em troca de contratos públicos, as famílias da mídia que seguem fielmente as tradições truculentas do *Chatô*, as próprias formas *clânicas* de fazer política, constituem hoje uma superestrutura medieval, mal disfarçada pelos celulares, computadores e carros de luxo que utilizam. O neoliberalismo brasileiro aparece apenas como a etiqueta da moda para o sistema selvagem e improdutivo de sempre.

Muitos se admiram com a proeza dos clãs dirigentes, e se referem à sua grande habilidade. Na realidade, conseguir bloquear o desenvolvimento de um país com o potencial que o Brasil tem, para assegurar privilégios de um grupo arrogante, implica simultaneamente muita habilidade e pouca inteligência.

---

<sup>5</sup> - Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*, Cia. Das Letras, São Paulo 1997, p. 68

Ladislau Dowbor, 57, é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e da Universidade Metodista de São Paulo, e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de “A Reprodução Social”, editora Vozes 1998, e de numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social. Foi Secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo. Fone: (011) 3872-9877; FAX: (011) 3871-2911; *E-mail* [ladislau@ppbr.com](mailto:ladislau@ppbr.com) ; *home page* <http://ppbr.com/ld>